



Nota Técnica **O Contexto Econômico da Produção** **Florestal no Estado do Pará**





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho

Governador do Estado do Pará



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2025 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa

Endereço: Av. Presidente Vargas, 670.

Bairro: Campina – Belém – PA, CEP: 66.017-000.

Disponível em: www.fapespa.pa.gov.br

Diretor-Presidente

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais

Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Elaboração Técnica

Marcelo Santos Chaves

Marcilio da Silva Matos

Raimundo Victor Oliveira Santos

Revisão Técnica

Elisandro Ribeiro da Costa

NOTA TÉCNICA: O CONTEXTO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO FLORESTAL NO ESTADO DO PARÁ.

Introdução

Produção florestal refere-se ao conjunto de atividades econômicas que envolvem o uso de recursos oriundos das florestas, como a extração de madeira, a produção de carvão vegetal, a coleta de produtos não madeireiros (a exemplo de castanha-do-pará e látex), além de iniciativas de conservação e manejo. No estado do Pará, o impacto total da produção florestal no Produto Interno Bruto representou aproximadamente 2%, segundo apuração e estimativas de dados oficiais. Trata-se, portanto, de um setor estratégico, não apenas pelo seu peso econômico, mas também por sua forte presença em diversas regiões do interior paraense, com impacto direto na geração de renda e empregos formais.

No entanto, dentro do debate público, a produção florestal tem sido historicamente associada à extração madeireira predatória em florestas nativas, o que, por sua vez, frequentemente a vincula à problemática do desmatamento na Amazônia. Essa percepção consolidou-se ao longo dos anos diante de práticas pouco regulamentadas, avanço de áreas exploradas ilegalmente e conflitos ambientais. Assim, mesmo com o avanço de tecnologias e de políticas voltadas ao manejo sustentável, permanece a dúvida sobre o real alinhamento entre a atividade florestal no Pará e os princípios da sustentabilidade socioambiental.

Diante desse cenário, impõe-se a seguinte questão: a produção florestal do estado do Pará se encontra fortemente ligada a condições ambientalmente sustentáveis? A presente nota técnica busca responder a essa pergunta por meio da análise de dados oficiais, como os disponibilizados pelo IBGE e pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), com foco na evolução do emprego formal, nos tipos de atividades predominantes e na distribuição territorial da produção florestal no estado. A partir desse diagnóstico, pretende-se contribuir com o debate sobre os rumos e os desafios da atividade no contexto do desenvolvimento sustentável amazônico.

2. A Economia da Produção Florestal

2.1 Produção Extrativa Vegetal

Extrativismo vegetal é a atividade econômica baseada na coleta de produtos de origem vegetal diretamente da natureza, sem o cultivo prévio. Isso inclui a extração de frutos (como o açaí), sementes (como a castanha-do-pará), óleos, resinas, fibras, madeiras e plantas medicinais. Essa prática é tradicional em diversas regiões, especialmente na Amazônia, e pode ser realizada de forma artesanal ou com o apoio de tecnologias simples.

O extrativismo vegetal, quando praticado de forma sustentável, favorece a conservação da floresta. Como não exige desmatamento para plantio, ele incentiva a manutenção da cobertura vegetal nativa e da biodiversidade, contribuindo para a preservação de ecossistemas, a regulação do clima e a manutenção dos serviços ambientais.

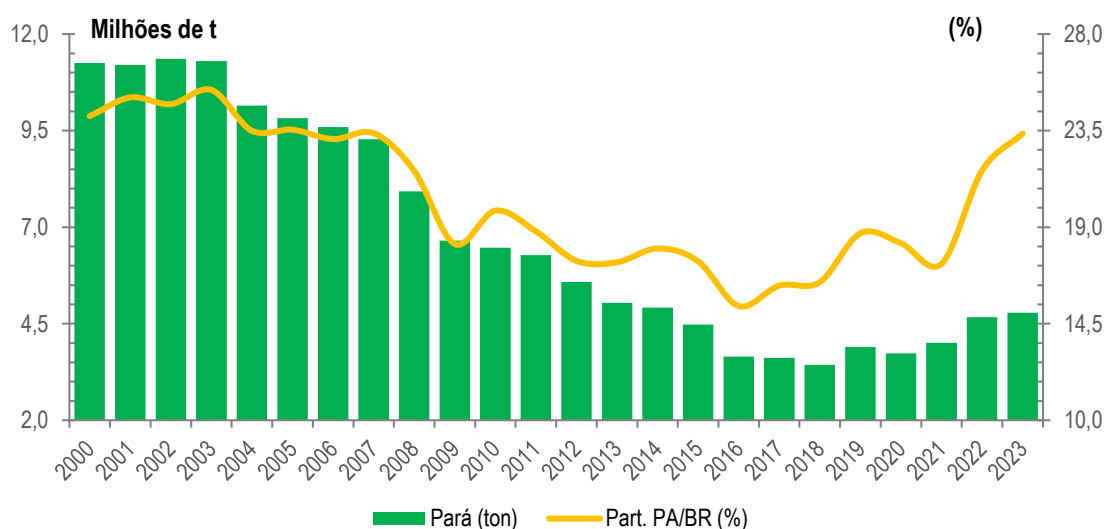
Por outro lado, o extrativismo vegetal pode ser nocivo se realizado de forma predatória, ou seja, com coleta excessiva e sem manejo adequado dos recursos. A superexploração de certas espécies, como no caso da extração intensiva de madeira ou de frutos sem reposição natural, pode levar à degradação ambiental, perda de biodiversidade e esgotamento dos recursos ao longo do tempo.

Nos próximos capítulos, serão apresentados dados do IBGE sobre a produção extrativista no Pará, com destaque para os principais produtos, os municípios líderes na produção, a evolução dos volumes ao longo dos anos e as tendências que indicam tanto oportunidades quanto riscos para a sustentabilidade ambiental e econômica da atividade. Os valores de volume (m³) referentes à lenha e à madeira em tora foram convertidos em toneladas com base em densidades médias estimadas por tipo de produto e espécie, conforme recomendações técnicas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura FAO (2020).

A produção extrativa vegetal do Pará sofreu uma expressiva redução nas últimas duas décadas. Segundo dados do IBGE, o volume total produzido no estado caiu mais da metade entre os anos 2000 e 2023 — de 11,2 milhões de toneladas para 4,8 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 57,5% no período. Essa redução foi contínua até 2019, quando a atividade deu sinais de recuperação, com crescimento mantido nos três últimos anos da série histórica (Gráfico 1).

Apesar da forte retração em volume, a participação do Pará na produção nacional caiu de forma mais moderada, de 24,2% em 2000 para 23,4% em 2023. Esse dado indica que a redução da produção extrativa não foi um fenômeno isolado do estado, mas uma tendência nacional, principalmente nos últimos anos. A elevação recente da participação percentual do Pará sugere que a produção extrativa em outras unidades da Federação também encolheu, talvez de maneira mais intensa em algumas delas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da produção extrativa vegetal do Pará e sua participação na produção nacional (2000-2023)



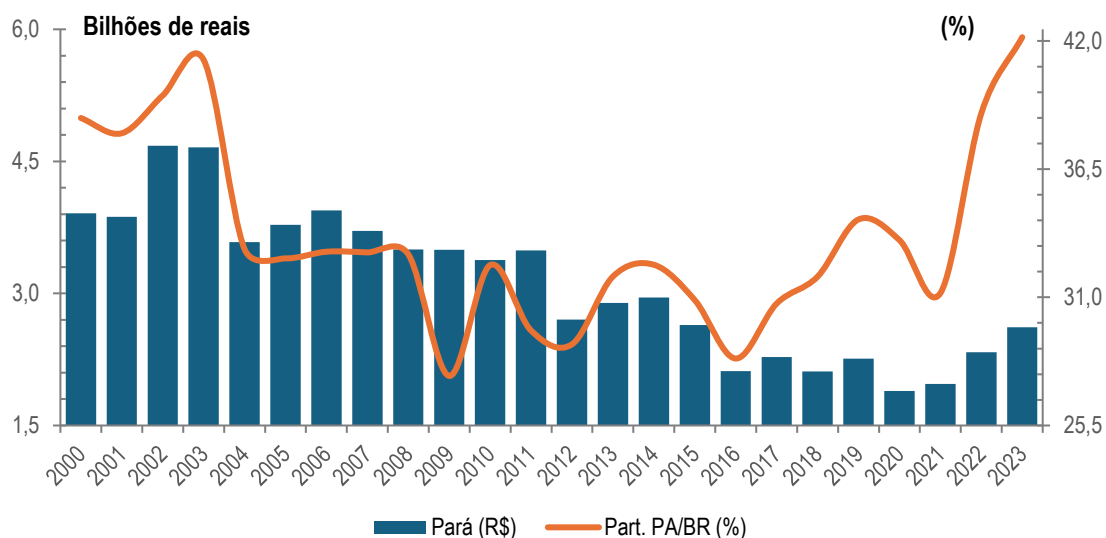
Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Além da redução no volume físico, o extrativismo vegetal no Pará também apresentou retração em termos de valor de produção ao longo dos últimos 24 anos. Conforme dados do IBGE, o valor total da produção extrativa vegetal no estado caiu de R\$ 3,9 bilhões em 2000 para R\$ 2,6 bilhões em 2023 (em valores corrigidos), uma diminuição de 33,1% no período. Essa trajetória foi marcada por oscilações ao longo dos anos, com tendência geral de queda, interrompida por um ciclo recente de crescimento: nos últimos três anos da série, o valor da produção cresceu consecutivamente, indicando possível recuperação do setor (Gráfico 2).

Apesar dessa redução no valor absoluto, a participação do Pará no valor da produção extrativa nacional aumentou, passando de 38,7% em 2000 para 42,2% em 2023. Esse crescimento da participação ocorreu especialmente nos dois últimos anos da série histórica, refletindo não apenas a retomada parcial do extrativismo no estado, mas também a retração do valor da produção em outras unidades da Federação (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução do valor da produção extrativa vegetal do Pará e sua participação no valor da produção nacional (2000-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

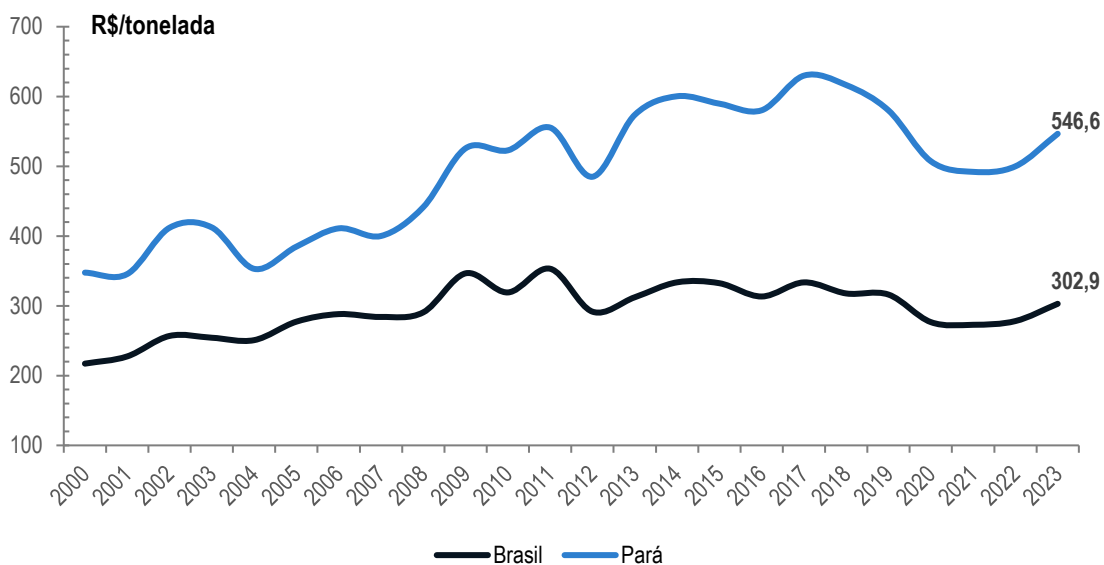
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

Apesar da queda no volume e no valor absoluto da produção extrativa vegetal, o Pará apresentou avanços significativos em termos de valor médio da produção ao longo dos últimos 24 anos. Considerando o indicador de valor por tonelada (R\$/t), o valor médio da extração vegetal no estado aumentou de R\$ 347,60/t. em 2000 para R\$ 546,60/t. em 2023, o que representa um crescimento de 57,2% no período (Gráfico 3).

Esse desempenho supera o crescimento registrado na média nacional, cujo valor médio da produção aumentou 39,5% no mesmo intervalo. Além disso, o Pará mantém historicamente um valor médio superior à média brasileira, o que reforça sua posição de destaque na extração de produtos com maior valor agregado, como o açaí e a castanha-do-pará (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do valor médio da produção extrativa vegetal – Brasil e Pará (2000-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

Em 2023 a produção extrativa vegetal do Brasil apresentou concentração intensa em poucos estados: os dez maiores produtores responderam por 82% do volume nacional, revelando uma concentração regional da atividade. O Pará se destacou como o maior produtor do país, com 23,4% da produção nacional, seguido por Mato Grosso (12,7%) e Ceará (10,1%). Esse protagonismo do Pará reafirma sua importância histórica e estratégica no cenário do extrativismo vegetal brasileiro (Tabela 1).

No entanto, essa liderança se dá em um contexto de forte retração nacional da atividade, com queda de 56% no volume produzido entre 2000 e 2023. A maior parte dos estados reduziu significativamente sua produção no período, contribuindo para essa tendência descendente. O Pará teve uma redução de 57,5%, o que representa o segundo maior impacto negativo para o total nacional. O estado da Bahia apresentou a maior retração proporcional, com queda de 89,4%, refletindo mudanças drásticas no perfil da produção regional (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação e variação da produção das 10 UFs com maior volume na extração vegetal – Brasil (2000-2023)

BR e UFs	Produção (milhões de t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2000
	2000	2023		
Brasil	46,6	20,5	100,0	-56,0
Pará	11,3	4,8	23,4	-57,5
Mato Grosso	3,1	2,6	12,7	-15,3
Ceará	2,5	2,1	10,1	-16,4
Piauí	1,0	1,3	6,3	25,3
Pernambuco	0,7	1,2	5,6	69,4
Amazonas	1,7	1,1	5,1	-39,2
Maranhão	2,1	1,0	5,0	-51,1
Amapá	0,1	1,0	4,8	843,9
Paraná	4,9	0,9	4,5	-81,2
Bahia	8,7	0,9	4,5	-89,4
Outros	10,4	3,7	17,9	-64,9

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

A produção extrativa vegetal no Pará é altamente concentrada em poucos produtos. Em 2023 apenas cinco itens responderam por quase 100% do volume total produzido no estado. A madeira em tora foi o principal produto, representando 78,1% da produção extrativa estadual, seguida pela lenha (15,3%) e pelo açaí (3,5%). Essa composição evidencia o predomínio histórico da extração madeireira na economia florestal paraense (Tabela 2).

Comparando com o ano de 2000, observa-se uma queda expressiva na produção de madeira em tora, que recuou 53,8%, sendo a principal responsável pela redução do volume total da produção no estado. Apesar disso, as maiores quedas percentuais foram observadas na extração de lenha (-71,3%) e de carvão vegetal (-72,5%), sinalizando o declínio de segmentos tradicionalmente associados à exploração extensiva e de menor valor agregado (Tabela 2).

Por outro lado, produtos florestais não madeireiros apresentaram crescimento relevante no período, com destaque para o açaí, cuja produção aumentou 48,8%, e para a castanha-do-pará, com expansão de 5,1%. Esses dados apontam para uma reconfiguração gradual da base extrativista, com fortalecimento de atividades mais sustentáveis e de maior valor de mercado, ainda que com participação relativa menor no total produzido (Tabela 2).

Tabela 2 - Participação e variação dos 5 principais produtos da extração vegetal – Pará (2000-2023)

Produtos da extração vegetal	Produção (milhões de t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2000
	2000	2023		
Total Geral	11,25	4,79	100,0	-57,5
Madeira em tora	8,09	3,74	78,1	-53,8
Lenha	2,56	0,73	15,3	-71,3
Açaí (fruto)	0,11	0,17	3,5	48,8
Carvão vegetal	0,47	0,13	2,7	-72,5
Castanha-do-pará	0,01	0,01	0,2	5,1
Outros	0,02	0,01	0,1	-64,4

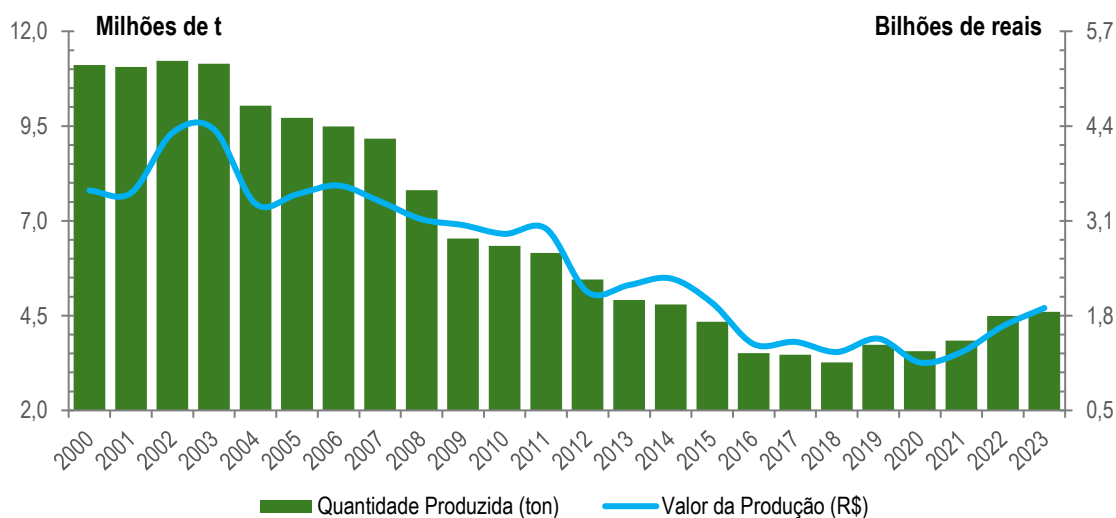
Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

A extração vegetal madeireira, historicamente o principal segmento da produção extrativa no Pará, apresentou uma forte retração nas últimas duas décadas. Entre 2000 e 2023, a produção caiu de 11,1 milhões de toneladas para 4,6 milhões, uma redução de 58,6%. O valor da produção também sofreu queda expressiva, passando de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 1,9 bilhão, o que representa uma redução de 45,8% no período (Gráfico 4).

Tanto o volume quanto o valor da produção caíram gradualmente ao longo dos anos, refletindo mudanças no mercado, na regulação ambiental e nas práticas de manejo florestal. No entanto, os dados dos três últimos anos da série indicam um movimento de recuperação, com crescimentos consecutivos em ambos os indicadores — produção física e valor monetário.

Gráfico 4 - Evolução da quantidade e do valor da produção da extração vegetal madeireira – Pará (2000-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

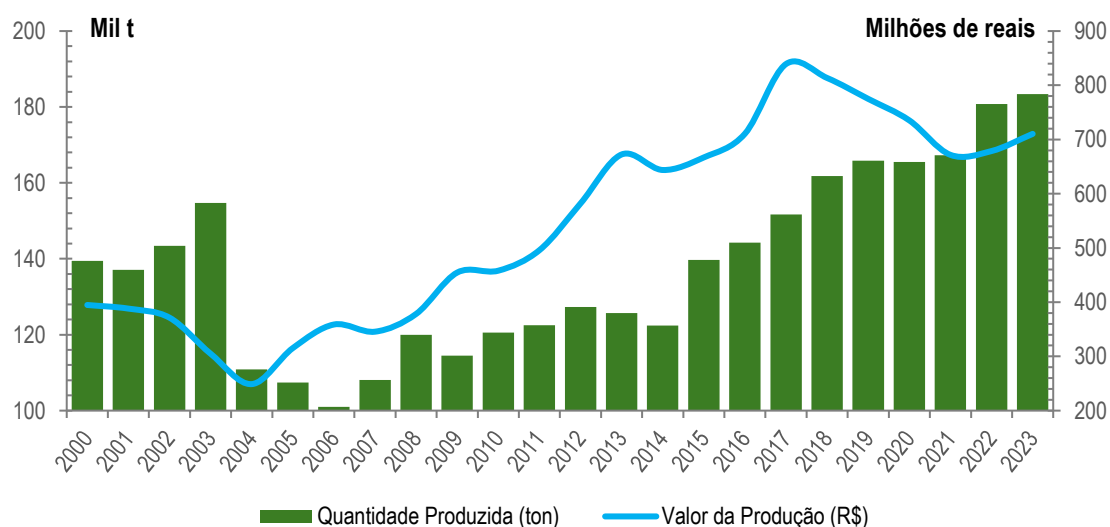
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

Em contraste com a queda da produção madeireira, a extração vegetal não madeireira no Pará apresentou um desempenho mais positivo ao longo dos últimos 24 anos. O volume produzido cresceu de 139,5 mil toneladas em 2000 para 183,4 mil toneladas em 2023, o que representa um aumento de 31,5% no período. Esse crescimento foi particularmente impulsionado a partir de 2015, quando se observou uma sequência de altas consecutivas na produção física, refletindo a valorização e expansão de produtos como o açaí, a castanha-do-pará e outros itens da sociobiodiversidade (Gráfico 5).

Em termos econômicos, o valor da produção não madeireira aumentou 79,9% no período, subindo de R\$ 394,8 milhões para R\$ 710,4 milhões. O crescimento desse indicador teve início em 2005, mas foi marcado por oscilações ao longo dos anos, com uma queda significativa nos últimos anos da série, indicando uma possível pressão sobre os preços ou mudança na composição da produção (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Evolução da quantidade e do valor da produção da extração vegetal não madeireira – Pará (2000-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

A extração vegetal madeireira no Pará é composta por três principais produtos extraídos da vegetação nativa: madeira em tora, lenha e carvão vegetal. Em 2023 a madeira em tora manteve-se como o produto dominante, representando 81,3% do total da produção madeireira do estado. Em seguida, aparecem a lenha, com 15,9%, e o carvão vegetal, com 2,8% de participação no volume total de madeira extraída (Tabela 3).

Quando comparados aos dados do ano 2000, os três produtos apresentaram quedas expressivas no volume produzido, refletindo mudanças na dinâmica da exploração florestal. A produção de madeira em tora recuou 53,8%, enquanto a lenha teve uma redução de 71,3% e o carvão vegetal caiu 72,5%. Esses dados indicam uma contração generalizada do setor madeireiro, com destaque para os produtos de menor valor agregado, como lenha e carvão, que registraram as maiores retrações percentuais (Tabela 3).

Tabela 3 - Participação e variação dos 3 principais produtos da extração vegetal madeireira – Pará (2000-2023)

Produto extrativo madeireiro	Produção (milhões de t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2000
	2000	2023		
Total geral	11,1	4,6	100,0	-58,6
Madeira em tora	8,1	3,7	81,3	-53,8
Lenha	2,6	0,7	15,9	-71,3
Carvão vegetal	0,5	0,1	2,8	-72,5

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

A extração vegetal não madeireira no Pará é concentrada em poucos produtos, tendo os cinco principais respondido por cerca de 98% da produção total em 2023. O fruto do açaí domina amplamente o segmento, representando 91,4% do volume produzido. Em seguida, destaca-se a castanha-do-pará, que representa 5,1% da extração não madeireira estadual. Outros produtos importantes são o palmito, com 1,8%, o pequi (amêndoa), com 0,2%, e o buriti, com 0,1% de participação (Tabela 4).

Comparando-se com o ano 2000, observa-se um crescimento relevante na produção de açaí, castanha-do-pará e pequi, com destaque para o primeiro, cuja produção aumentou 48,8%, exercendo o maior impacto positivo na atividade extrativa não madeireira. Por outro lado, a produção de palmito sofreu uma queda acentuada de 79,8%, perdendo a posição de segundo produto mais representativo no segmento (Tabela 4).

Tabela 4 - Participação e variação dos 5 principais produtos da extração vegetal não madeireira – Pará (2000-2023)

Produto extrativo não madeireiro	Produção (mil t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2000
	2000	2023		
Total Geral	139,5	183,4	100,0	31,5
Açaí (fruto)	112,7	167,6	91,4	48,8
Castanha-do-pará	8,9	9,4	5,1	5,1
Palmito	16,0	3,2	1,8	-79,8
Pequi (amêndoa)	0,3	0,3	0,2	5,6
Buriti	0,3	0,3	0,1	-8,5
Outros	1,3	2,5	1,4	98,2

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

No Pará a produção extrativa vegetal madeireira em 2023 concentrou-se em poucos municípios: dez deles responderam por 64% do volume estadual, indicando alta concentração espacial da atividade. O município de Portel liderou a produção, com 13,1% do total do estado, seguido por Prainha, que representou 11,2% da produção madeireira paraense (Tabela 5).

Ao analisar a evolução desde 2000, verifica-se que seis municípios ranqueados apresentaram crescimento na produção, com destaque para o expressivo aumento de 1.539% registrado em Prainha — o maior impacto positivo para o estado. Contudo, esse crescimento não foi suficiente para compensar as perdas registradas em outros municípios, principalmente os agrupados como “outros”, que juntos registraram queda de 79,4% no volume produzido (Tabela 5).

Essa retração significativa nos municípios fora do ranking contribuiu diretamente para o resultado negativo geral da produção madeireira no Pará, refletindo desafios estruturais, pressões ambientais e mudanças na dinâmica do setor em diferentes regiões do estado.

Tabela 5 - Participação e variação dos 10 municípios com maior produção extrativa vegetal madeireira – Pará (2000-2023)

Produto extrativo madeireiro	Produção (mil t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2000
	2000	2023		
Total Geral	11.113,3	4.601,9	100,0	-58,6
Portel	566,1	604,3	13,1	6,7
Prainha	31,6	517,7	11,2	1.539,0
Santarém	194,1	395,1	8,6	103,6
Paragominas	764,7	363,5	7,9	-52,5
Melgaço	73,1	285,3	6,2	290,5
Baião	600,2	213,9	4,6	-64,4
Aveiro	9,0	197,6	4,3	2.091,4
Juruti	74,1	160,8	3,5	117,0
Breves	200,1	132,2	2,9	-33,9
Almeirim	646,3	93,9	2,0	-85,5
Outros	7.954,2	1.637,7	35,6	-79,4

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Em 2023 a extração vegetal não madeireira no Pará concentrou-se em dez municípios, que juntos representaram cerca de 73% do volume total produzido no estado. Limoeiro do Ajuru destacou-se como principal município produtor, respondendo por 28% da produção estadual, seguido por Oeiras do Pará, que apresentou 14,9% de participação (Tabela 6).

Ao comparar com o ano 2000, observa-se que a maioria dos municípios ranqueados apresentou crescimento no volume produzido, indicando expansão e fortalecimento da atividade extrativista não madeireira. Contudo, alguns municípios, como Muaná e Ponta de Pedras, registraram queda na produção. Entre os que tiveram crescimento, merece destaque Limoeiro do Ajuru, que gerou o maior impacto positivo para o estado, com um aumento de 229,7% na produção, embora não tenha sido a maior variação percentual entre os municípios (Tabela 6).

Tabela 6 - Participação e variação dos 10 municípios com maior produção extrativa vegetal não madeireira – Pará (2000-2023)

Produto extrativo não madeireiro	Produção (mil t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2000
	2000	2023		
Total Geral	139,5	183,4	100,0	31,5
Limoeiro do Ajuru	15,6	51,3	28,0	229,7
Oeiras do Pará	3,2	27,4	14,9	765,7
Afuá	9,8	11,4	6,2	16,9
Inhangapi	0,2	10,0	5,5	4.342,5
Mocajuba	4,2	8,5	4,6	101,9
Novo Repartimento	0,1	7,2	3,9	9.396,1
Muaná	6,4	5,2	2,8	-18,8
Ponta de Pedras	10,6	4,6	2,5	-56,6
São Domingos do Capim	0,2	4,5	2,5	2.141,3
Óbidos	2,4	4,3	2,3	80,4
Outros	86,9	48,9	26,7	-43,8

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

A produção florestal do Pará é um setor estratégico para a economia local e nacional, caracterizado por uma grande diversidade de produtos madeireiros e não madeireiros extraídos da vasta floresta amazônica. Os dados indicam uma redução expressiva no volume total da produção extrativa, especialmente na extração madeireira, enquanto a produção não madeireira tem mostrado crescimento e maior valorização econômica, sinalizando uma mudança gradual no perfil produtivo do estado.

Esse cenário reflete parcialmente uma transição em direção a práticas mais sustentáveis, sobretudo com o aumento da extração de produtos não madeireiros, como o açaí e a castanha-do-pará, que dependem da conservação da floresta e promovem o uso racional dos recursos naturais. Além disso, a queda na extração de lenha e carvão vegetal sugere uma redução na exploração predatória tradicional.

No entanto, a forte concentração da produção madeireira em poucos municípios e o predomínio da madeira em tora indicam que a pressão sobre os recursos florestais ainda é significativa e que o manejo sustentável e a fiscalização eficaz precisam ser intensificados para garantir a renovação dos estoques e a conservação ambiental.

Portanto, embora existam avanços e sinais positivos, a produção florestal do Pará ainda enfrenta desafios para estar plenamente alinhada a condições ambientalmente sustentáveis. É

necessário um esforço integrado de políticas públicas, capacitação, incentivo à certificação florestal e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis para assegurar o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental na região.

2.2 Produção da Silvicultura

A silvicultura é o ramo que trata do cultivo, manejo e conservação de florestas plantadas, com foco na produção de madeira, biomassa, resinas, fibras e outros produtos de origem vegetal. Ao contrário do extrativismo florestal, que retira recursos diretamente de florestas nativas, a silvicultura está baseada no plantio intencional de espécies florestais, muitas vezes em larga escala, com planejamento técnico e ciclos de produção definidos.

Do ponto de vista ambiental, a silvicultura tem um papel estratégico na promoção da sustentabilidade. Quando conduzida de forma responsável, ela contribui para:

- a redução da pressão sobre as florestas nativas, oferecendo uma alternativa de suprimento de madeira e outros insumos florestais;
- a recuperação de áreas degradadas, com o reflorestamento de solos erodidos ou improdutivos;
- a mitigação das mudanças climáticas, por meio do sequestro de carbono promovido pelas árvores em crescimento;
- a proteção da biodiversidade, principalmente quando os plantios são feitos com espécies nativas ou em sistemas agroflorestais bem manejados.

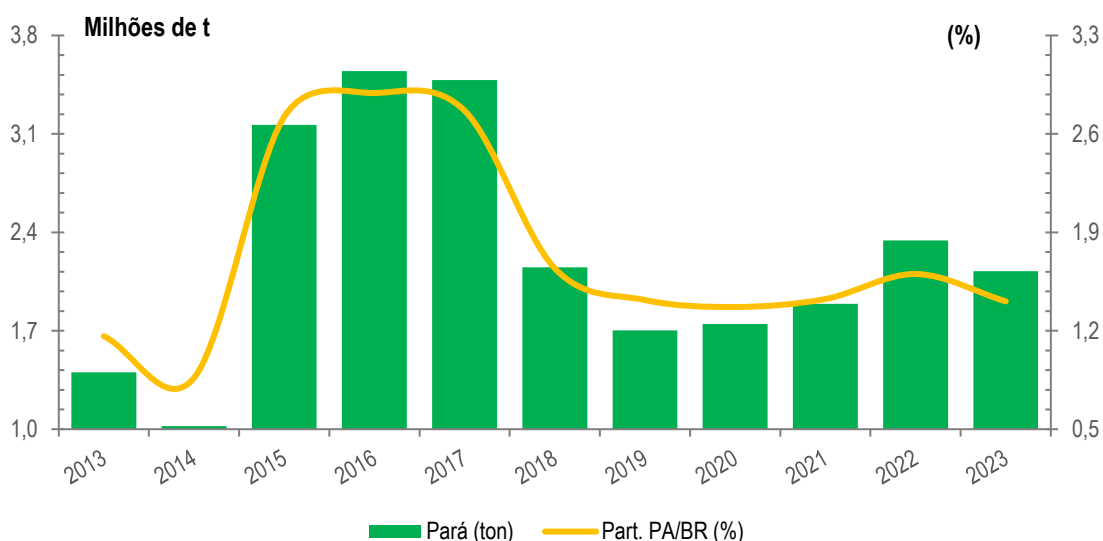
Entretanto, é importante considerar que os benefícios da silvicultura dependem diretamente de boas práticas de manejo, da escolha adequada das espécies, da proteção dos recursos hídricos e da integração com as comunidades locais. O uso excessivo de espécies exóticas em monocultivos, por exemplo, pode gerar impactos negativos se não forem adotadas medidas compensatórias e sistemas de gestão ambiental.

Neste capítulo, serão analisados os dados da silvicultura no Pará, destacando sua evolução, os produtos cultivados, a distribuição espacial dos plantios e os principais desafios e oportunidades para consolidar essa atividade como vetor de desenvolvimento sustentável no estado.

A produção silvicultural no Pará apresentou crescimento relevante na última década, tanto em volume quanto em participação relativa na produção nacional. Entre 2013 e 2023, o volume produzido passou de 1,4 milhão para 2,1 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 51,1% no período. Esse desempenho foi superior à média nacional, como indica o aumento da participação do estado na produção brasileira, que subiu de 1,2% para 1,4% (Gráfico 6).

Apesar do avanço, o crescimento da silvicultura no Pará não foi contínuo — o setor enfrentou oscilações ao longo da série histórica, influenciadas por fatores como variações de mercado, clima e investimentos na atividade. Contudo, nos anos mais recentes, a produção mostrou uma tendência consistente de alta, o que pode sinalizar um novo ciclo de expansão da silvicultura no estado.

Gráfico 6 - Evolução da produção da silvicultura no Pará e sua participação na produção nacional (2013-2023)



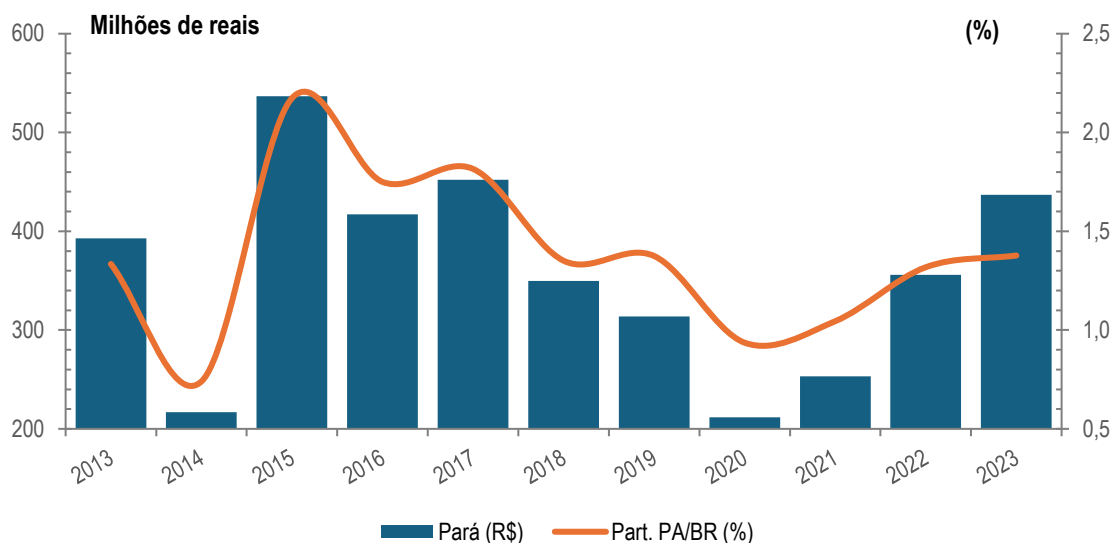
Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Além do aumento no volume físico, a silvicultura no Pará também apresentou crescimento no valor da produção entre 2013 e 2023. Nesse período, o valor total da atividade passou de R\$ 392,8 milhões para R\$ 436,9 milhões, registrando um crescimento de 11,2%. Embora modesto, esse avanço foi suficiente para que a participação do estado no valor da produção silvicultural do país subisse de 1,3% para 1,4%, sinalizando que o crescimento paraense superou a média nacional nesse quesito (Gráfico 7).

É importante destacar que o desempenho econômico da silvicultura no estado não foi linear: ao longo da série, o valor da produção oscilou e chegou a apresentar tendência de queda. No entanto, essa trajetória foi revertida nos três últimos anos da série histórica, quando o setor registrou crescimentos consecutivos, indicando uma possível retomada da valorização econômica da atividade silvicultural no estado.

Gráfico 7 - Evolução do valor da produção da silvicultura no Pará e sua participação no valor da produção nacional (2013-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

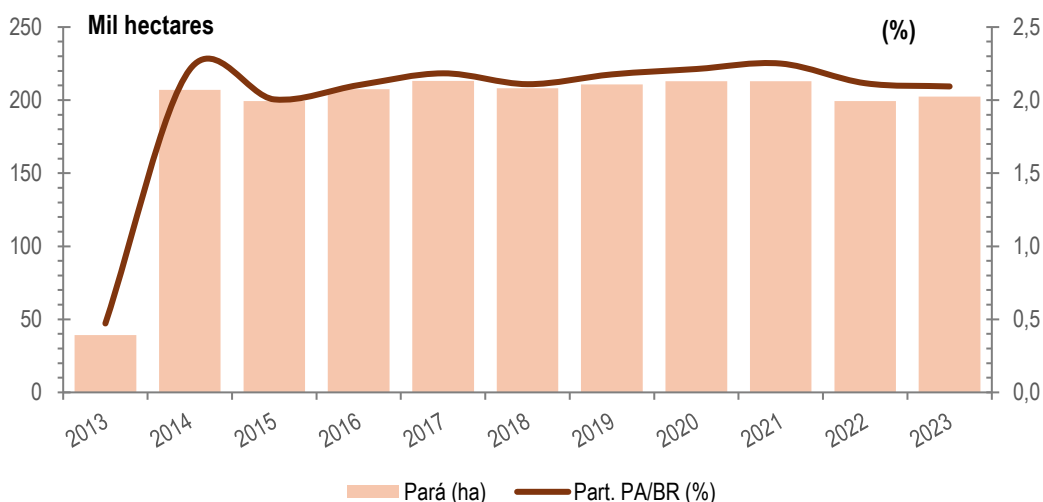
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

A área efetiva destinada à silvicultura no Pará registrou crescimento acelerado entre 2013 e 2023, refletindo a expansão da atividade no estado. Nesse período, a área plantada passou de 39,1 mil hectares para 202,3 mil hectares, o que representa um aumento expressivo de 417,1%. Esse ritmo de crescimento fez com que a participação do Pará na área total nacional saltasse de 0,5% para 2,1%, demonstrando que o estado cresceu bem acima da média brasileira na última década (Gráfico 8).

O avanço da área ocorreu principalmente nos primeiros anos da série, seguido de uma estabilização em patamares elevados até o final do período analisado, o que indica a consolidação de novos polos florestais no território paraense. Esse processo pode estar associado à expansão de empreendimentos de base florestal, políticas de fomento ao reflorestamento e crescente demanda por matérias-primas de origem sustentável.

Gráfico 8 - Evolução da área efetiva da silvicultura no Pará e sua participação no total nacional (2013-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

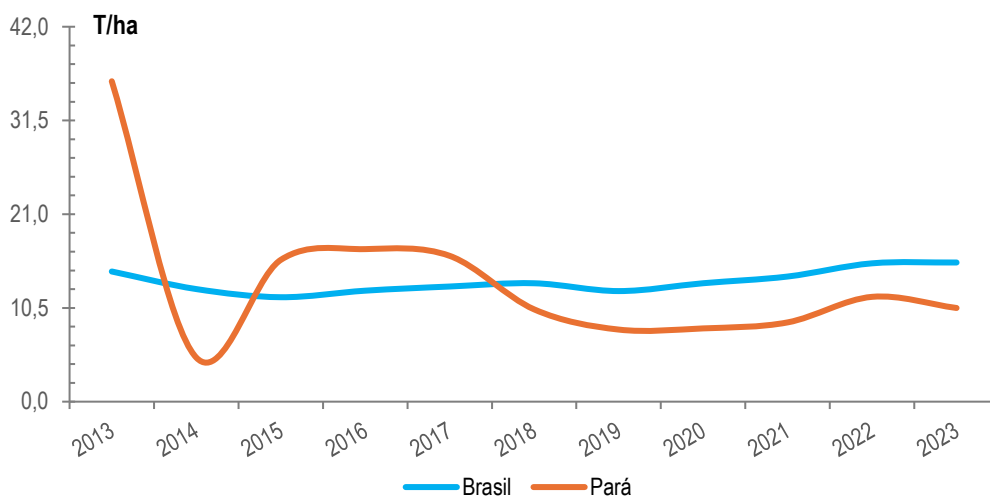
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Apesar do crescimento expressivo da área destinada à silvicultura no Pará entre 2013 e 2023, a produtividade da atividade caiu fortemente no estado. Medida em toneladas por hectare, a produtividade passou de 35,9 t./ha em 2013 para 10,5 ton./ha em 2023, uma redução de 70,8% no período. Em contrapartida, a média nacional apresentou crescimento de 6,9%, mantendo-se acima da taxa paraense (Gráfico 9).

Essa queda na produtividade no Pará decorre, principalmente, de um descompasso entre o ritmo de expansão da área cultivada e o crescimento da produção física. Enquanto a área de silvicultura cultivada aumentou significativamente, a produção não acompanhou esse avanço na mesma proporção. No contexto nacional, ocorreu o oposto: a produção cresceu em ritmo mais acelerado que a área, resultando em aumento da produtividade.

Esse cenário aponta para desafios estruturais na silvicultura paraense, como possíveis limitações técnicas, adoção de práticas menos intensivas, escolha de espécies com menor rendimento ou falta de maturação dos plantios mais recentes. A reversão dessa tendência passa por investimentos em tecnologia, capacitação técnica, manejo adequado e planejamento estratégico da expansão, para que a silvicultura no estado se consolide como atividade produtiva e ambientalmente eficiente.

Gráfico 9 - Evolução da produtividade da silvicultura – Brasil e Pará (2013-2023)



Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

A produção da silvicultura no Brasil é fortemente concentrada em poucos estados: em 2023, 12 unidades federativas responderam por cerca de 98% da produção nacional. Nesse contexto, o Pará ocupou a 12ª posição, com 1,4% de participação no total produzido, o que demonstra uma presença ainda modesta, mas crescente, no setor florestal plantado brasileiro (Tabela 7).

Em comparação com 2013, o Pará, assim como a maioria dos estados, apresentou crescimento na produção, contribuindo para a expansão de 24,5% registrada na produção nacional ao longo da década. Essa evolução indica que, embora ainda não figure entre os grandes produtores, o estado vem ganhando espaço de forma consistente, refletindo os investimentos na expansão da área plantada e no fortalecimento do setor (Tabela 7).

Tabela 7 - Participação e variação das 12 unidades federativas com maior produção na silvicultura – Brasil (2013-2023)

BR e UFs	Produção (milhões de t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2013
	2013	2023		
Brasil	121,0	150,7	100,0	24,5
Paraná	26,4	30,9	20,5	16,9
São Paulo	24,6	24,7	16,4	0,1
Minas Gerais	16,9	19,6	13,0	16,2
Rio Grande do Sul	13,1	17,4	11,6	33,4
Santa Catarina	14,6	16,7	11,1	14,5
Mato Grosso do Sul	6,1	13,8	9,1	123,9
Bahia	8,1	10,0	6,6	24,4
Espírito Santo	4,0	5,1	3,4	27,5
Mato Grosso	0,9	3,0	2,0	225,9
Maranhão	0,5	2,7	1,8	390,2
Goiás	3,0	2,3	1,5	-24,0
Pará	1,4	2,1	1,4	51,1
Outros	1,3	2,4	1,6	81,7

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Em 2023 o valor da produção da silvicultura brasileira esteve fortemente concentrado em 12 unidades da Federação, que juntas responderam por cerca de 98% do total nacional. O Pará ocupou a 12ª posição, com 1,4% de participação no valor da produção, refletindo uma posição ainda periférica, mas com sinais de crescimento dentro do setor (Tabela 8).

Comparando com 2013, metade dos estados que compõem esse grupo seletivo apresentaram aumento no valor da produção, incluindo o Pará. Essa expansão individual contribuiu para o crescimento médio nacional de 7,8% no valor da produção silvicultural no período. O desempenho do estado reforça sua trajetória de ascensão no setor, mesmo que em um ritmo mais moderado que outros líderes nacionais (Tabela 8).

Tabela 8 - Participação e variação das 12 unidades federativas com maior valor da produção na silvicultura – Brasil (2013-2023)

BR e UFs	Produção (bilhões de reais)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2013
	2013	2023		
Brasil	29,4	31,7	100,0	7,8
Minas Gerais	6,8	8,3	26,0	20,9
Paraná	6,0	5,1	16,0	-15,2
São Paulo	4,6	4,5	14,0	-2,3
Rio Grande do Sul	2,2	3,8	11,8	67,2
Santa Catarina	3,0	2,7	8,4	-12,6
Mato Grosso do Sul	1,2	2,2	6,9	77,9
Bahia	2,3	1,5	4,8	-33,3
Espírito Santo	1,1	1,0	3,2	-12,0
Mato Grosso	0,2	0,8	2,4	207,7
Maranhão	0,3	0,7	2,2	130,7
Goiás	0,7	0,5	1,4	-37,7
Pará	0,4	0,4	1,4	11,2
Outros	0,4	0,4	1,4	2,3

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

Em 2023 a silvicultura no Pará concentrou-se em quatro produtos principais, com forte predominância da produção de madeira proveniente de florestas plantadas de eucalipto. O destaque foi para a madeira em tora de eucalipto destinada à produção de papel e celulose, que respondeu por 81,2% da produção estadual. Em seguida, a madeira em tora de eucalipto para outras finalidades representou 10,2%, enquanto a madeira em tora de outras espécies contribuiu com 7,8% da produção. Por fim, o carvão vegetal de eucalipto teve participação marginal, com 0,9% do total produzido no estado (Tabela 9).

A comparação com o ano de 2013 revela que o crescimento de 69,8% na produção de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose foi o principal fator responsável pelo desempenho positivo da silvicultura paraense no período. Essa expansão demonstra a importância estratégica dessa cadeia produtiva no estado e sua conexão com a indústria de base florestal em crescimento (Tabela 9).

A predominância do eucalipto, especialmente voltado à produção industrial, reforça a necessidade de planejamento do uso do solo, monitoramento ambiental e diversificação das

espécies florestais, de forma a garantir que o avanço da silvicultura no Pará ocorra em bases ambientalmente sustentáveis e economicamente duradouras.

Tabela 9 - Participação e variação dos 4 produtos com maior produção na silvicultura – Pará (2013-2023)

Produtos da silvicultura	Produção (milhões de ton.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2013
	2013	2023		
Total Geral	1,40	2,12	100,0	51,1
Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose	1,01	1,72	81,2	69,8
Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades	0,22	0,22	10,2	0,3
Madeira em tora de outras espécies para outras finalidades	0,17	0,16	7,8	-5,5
Carvão vegetal de eucalipto	0,00	0,02	0,9	-

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Em 2023 o valor da produção silvicultural do Pará foi liderado pela madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, que representou 51,6% do valor total estadual, apesar de seu valor ter recuado 17,3% em comparação a 2013, mesmo com o aumento no volume produzido. Esse dado revela um processo de desvalorização do produto, possivelmente influenciado por preços de mercado, custo logístico ou saturação da demanda (Tabela 10).

A madeira em tora de outras espécies, por sua vez, respondeu por 34,9% do valor da produção e apresentou um crescimento expressivo de 82,7% em valor, mesmo com queda no volume produzido, indicando valorização do produto e possível reposicionamento de mercado. Já o carvão vegetal de eucalipto, com apenas 0,9% do volume, respondeu por 7% do valor total, o que indica alta agregação de valor por tonelada nesse segmento (Tabela 10).

Em contraste, a madeira em tora de eucalipto para outras finalidades teve uma queda de 23,4% em valor, mesmo com aumento na produção, reforçando também sua desvalorização relativa.

Esses descompassos entre volume e valor demonstram que o desempenho econômico da silvicultura no Pará depende não apenas da escala produtiva, mas também da dinâmica dos preços, mercados atendidos e grau de beneficiamento dos produtos (Tabela 10).

Tabela 10 - Participação e variação dos 4 produtos com maior valor da produção na silvicultura – Pará (2013-2023)

Produtos da silvicultura	Produção (milhões de reais)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2013
	2013	2023		
Total Geral	392,8	436,9	100,0	11,2
Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose	272,5	225,4	51,6	-17,3
Madeira em tora de outras espécies para outras finalidades	83,5	152,6	34,9	82,7
Carvão vegetal de eucalipto	0,0	30,7	7,0	-
Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades	36,8	28,2	6,5	-23,4

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2023 = 100.

Em 2023 a produção da silvicultura no Pará concentrou-se fortemente em cinco municípios, que juntos representaram cerca de 86% do total estadual. Dom Eliseu destacou-se como o maior polo produtor, respondendo por 30,8% da produção, seguido por Paragominas, com 27,8%, e Ulianópolis, que contribuiu com 18,7% (Tabela 11).

A análise comparativa com 2013 revela mudanças expressivas na distribuição regional da atividade. Dom Eliseu apresentou um crescimento extraordinário de 2.350,9% na produção, consolidando-se na liderança do ranking estadual. Por outro lado, o município de Almeirim, que liderava a produção em 2013, sofreu uma queda significativa de 89,9%, perdendo sua posição de destaque (Tabela 11).

Tabela 11 - Participação e variação dos 5 municípios com maior produção na silvicultura – Pará (2013-2023)

PA/município	Produção (mil t.)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2013
	2013	2023		
Pará	1.404,7	2.123,1	100,0	51,1
Dom Eliseu	26,7	654,4	30,8	2.350,9
Paragominas	90,3	590,9	27,8	554,4
Ulianópolis	17,2	396,2	18,7	2.201,7
Almeirim	1.153,4	117,0	5,5	-89,9
Rondon do Pará	33,9	83,5	3,9	146,2
Outros	83,2	281,2	13,2	238,0

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Em 2023 cerca de 85% do valor da produção silvicultural do Pará ficou concentrado em apenas cinco municípios, evidenciando uma forte centralização econômica da atividade. O maior destaque foi Santa Maria das Barreiras, que liderou o ranking com 27,9% do valor total estadual, mesmo não figurando entre os cinco municípios com maior volume de produção, o que aponta para um elevado valor agregado por tonelada produzida no município. Em seguida, Dom Eliseu ocupou a segunda posição, com 20% de participação no valor da produção (Tabela 12).

A comparação com 2013 mostra transformações significativas: Dom Eliseu apresentou um crescimento de 1.260,9% no valor da produção, consolidando-se como uma das principais referências econômicas da silvicultura no estado. No entanto, o maior impacto positivo absoluto foi de Santa Maria das Barreiras, que não registrava valor de produção em 2013, impossibilitando o cálculo de variação percentual, mas revelando uma entrada vigorosa e recente na atividade (Tabela 12).

Esses dados reforçam que o desempenho econômico da silvicultura paraense não está diretamente relacionado apenas ao volume produzido, mas também à qualidade dos produtos, destinação industrial, preços praticados e estrutura de mercado dos municípios envolvidos.

Tabela 12 - Participação e variação dos 5 municípios com maior valor da produção na silvicultura – Pará (2013-2023)

PA/município	Produção (milhões de reais)		Part. (%) 2023	Var. (%) 2023/2013
	2013	2023		
Pará	188,8	436,9	100,0	131,4
Santa Maria das Barreiras	0,0	122,1	27,9	-
Dom Eliseu	6,4	87,2	20,0	1.260,9
Paragominas	21,7	82,1	18,8	278,8
Ulianópolis	3,9	49,6	11,3	1.170,6
Breu Branco	2,1	30,2	6,9	1.336,9
Outros	154,8	65,8	15,1	-57,5

Fonte: IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

A silvicultura no Pará tem ganhado espaço na matriz produtiva florestal do estado, com expansão significativa da área plantada, crescimento no volume produzido e maior participação na produção e no valor nacional. Entre 2013 e 2023, a área da silvicultura cultivada aumentou mais de 400%, e, embora o valor e o volume da produção tenham crescido, a produtividade caiu drasticamente, o que acende um alerta quanto à eficiência e ao uso racional do solo.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, a silvicultura tem potencial para atuar como alternativa ao extrativismo predatório, pois se baseia no plantio planejado e manejo de espécies florestais, contribuindo para a redução da pressão sobre as florestas nativas e a reabilitação de áreas degradadas. No entanto, os dados indicam que essa transição ainda não está consolidada de forma plenamente sustentável.

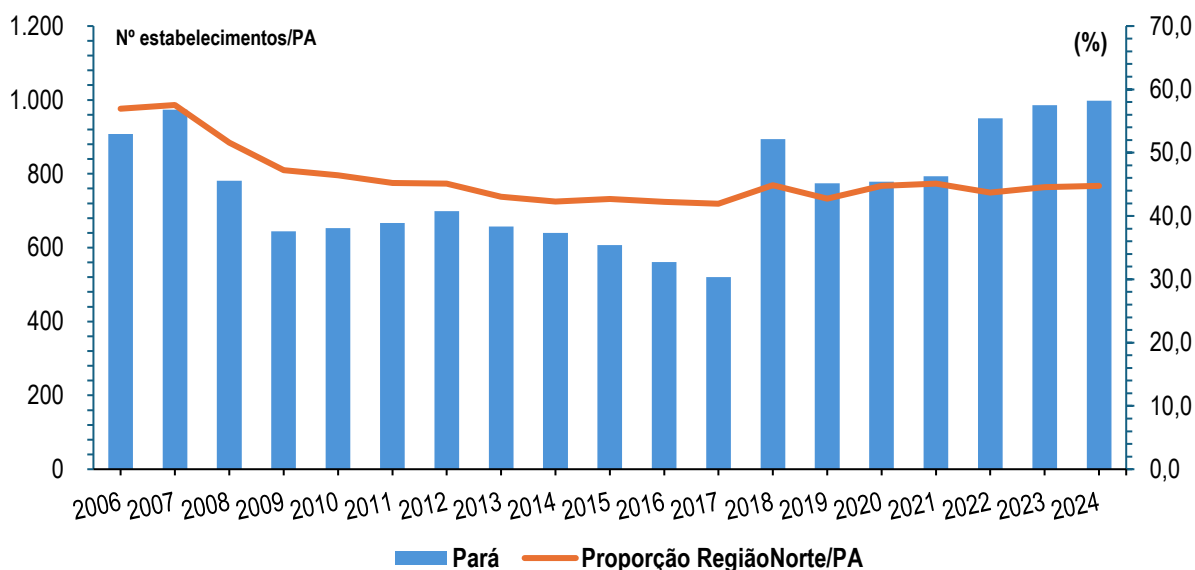
O predomínio de monoculturas de eucalipto, a queda na produtividade e a alta concentração da produção e do valor em poucos municípios apontam para desafios estruturais. É necessário aprimorar o planejamento técnico, diversificar espécies, integrar comunidades locais e garantir práticas de manejo que respeitem os limites ambientais.

Portanto, a silvicultura no Pará representa um caminho promissor para a sustentabilidade ambiental, mas ainda carece de avanços em eficiência, governança e equilíbrio ecológico para que possa ser considerada plenamente alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

2.3 Empreendimentos

O número de estabelecimentos paraenses que exercem atividades de produção florestal apresentou queda acentuada entre 2007 (cerca de 980) e 2009 (aproximadamente 650), seguida por um período de relativa estabilidade, com leve tendência de queda até 2017, quando atingiu seu ponto mais baixo (pouco acima de 500). A partir de 2018, verificou-se uma recuperação expressiva, com destaque para 2019 e principalmente os anos de 2023 e 2024, quando o número de empreendimentos superou novamente a marca dos 1.000, atingindo o maior patamar da série. A proporção dos estabelecimentos paraenses em relação ao total da Região Norte, por sua vez, apresentou trajetória de queda entre 2007 e 2018, oscilando entre 60% e 40%, mas estabilizou-se em torno de 44% nos últimos anos, sugerindo uma recuperação do protagonismo do Pará no setor florestal regional (Gráfico 10).

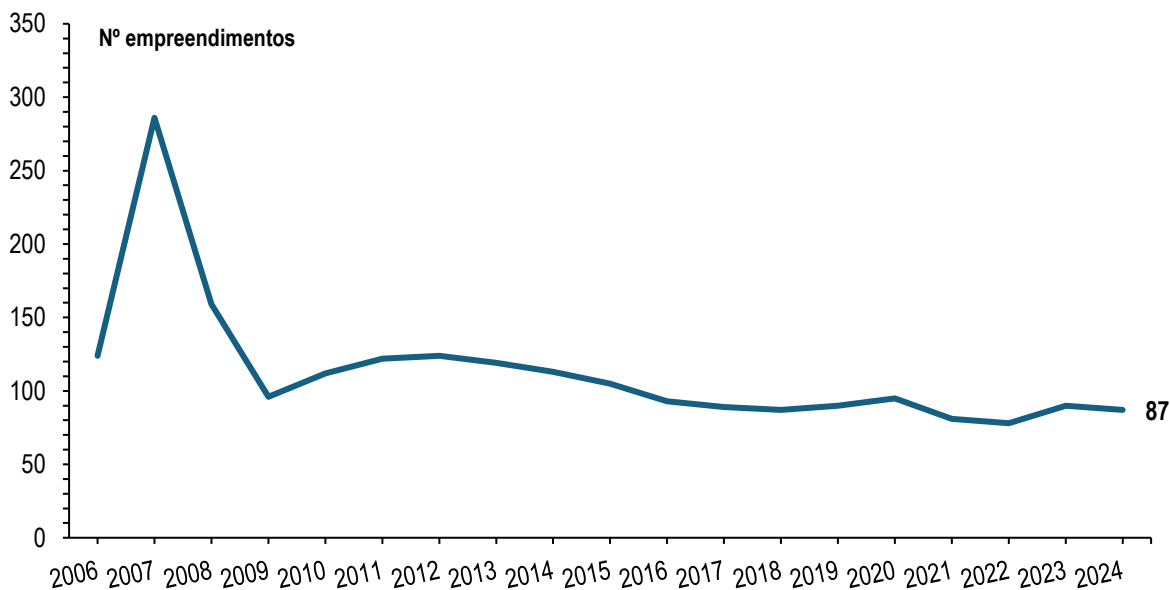
Gráfico 10 - Evolução do estoque de empreendimentos com produção florestal paraense e sua proporção (%) em relação ao total de empreendimentos da Região Norte (2006-2024)



Fonte: RAIS, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Especificamente sobre os empreendimentos no Pará voltados à exploração de floresta nativa entre 2006 e 2024, evidencia-se uma trajetória de queda ao longo do período. Em 2007 houve um pico expressivo, com cerca de 290 empreendimentos, seguido de uma acentuada redução até 2009, quando o número caiu para menos de 100. Entre 2010 e 2015, o indicador apresentou uma leve recuperação e relativa estabilidade, oscilando em torno de 110 a 130 empreendimentos. A partir de 2016, o número voltou a declinar gradualmente, atingindo um dos patamares mais baixos em 2022, com cerca de 80 empreendimentos. Em 2023 houve uma leve recuperação, mas o ano de 2024 encerrou a série com 87 empreendimentos, número significativamente inferior ao do início do período. O comportamento geral indica uma tendência de retração da atividade de exploração florestal nativa no estado, possivelmente associada a fatores regulatórios, ambientais ou econômicos (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Evolução do estoque de empreendimentos com produção florestal em floresta nativa – Pará (2006-2024)

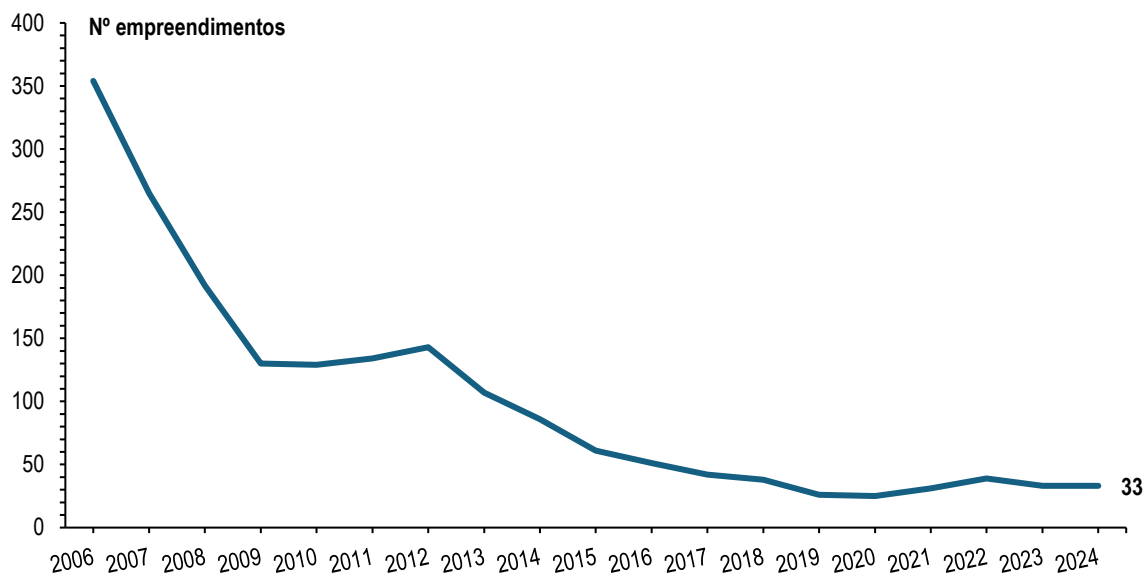


Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Acerca dos empreendimentos no Pará voltados à exploração de floresta plantada entre 2006 e 2024, também foi identificada uma tendência contínua de queda ao longo do período. Em 2006 o setor alcançou seu pico, com cerca de 350 empreendimentos, seguido de uma forte retração até 2009, quando o número se estabilizou momentaneamente em torno de 130. Entre 2010 e 2013 houve uma leve recuperação, chegando próximo de 140 empreendimentos, mas, a partir de 2014, iniciou-se uma nova e constante queda, que se intensificou entre 2015 e 2020, atingindo o patamar mais baixo da série em 2020, com cerca de 30 empreendimentos. Embora tenha havido uma discreta recuperação em 2022, o número voltou a cair nos anos seguintes, encerrando 2024 com apenas 33 empreendimentos ativos. O comportamento do indicador demonstra uma retração significativa da atividade florestal com base em plantios no estado, possivelmente reflexo de mudanças no mercado, nos custos de manutenção ou em políticas públicas voltadas ao setor (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Evolução do estoque de empreendimentos com produção florestal em floresta plantada – Pará (2006-2024)



Fonte: RAIS, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Para as atividades de exploração florestal em floresta nativa no Pará entre 2006 e 2024, apesar da redução de 29,8% no total de empreendimentos no estado (de 124 para 87), destaca-se o expressivo crescimento da atividade *Extração de madeira em florestas nativas*, que aumentou 226,3% no período, passando de 19 para 62 estabelecimentos e se tornando a principal atividade do setor, com 71,3% de participação em 2024. Em contraste, a *Produção de carvão vegetal* sofreu forte retração, com queda de 83,3% no número de empreendimentos, passando de 102 para 17 e representando apenas 19,5% do total. Outras atividades apresentaram crescimento modesto, como a *Conservação de florestas nativas* (+200%) e a *Coleta de castanha-do-pará* (+100%), com baixa participação (3,4% e 2,3%, respectivamente). Já a *Coleta de produtos não madeireiros não especificados* surgiu como nova atividade no período, também com 2,3% de participação. Por fim, a *Coleta de látex* manteve-se estável com um único empreendimento, representando 1,1% do total em 2024. Esses dados indicam uma reconfiguração do perfil produtivo florestal nativo no estado, com fortalecimento da extração madeireira e declínio de atividades tradicionais, como a produção de carvão (Tabela 13).

Tabela 13 - Variação e participação do número de empreendimentos das principais atividades de exploração florestal em floresta nativa (2006-2024)

Atividade	Estabelecimentos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	124	87	-29,8	100
Extração de madeira em florestas nativas	19	62	226,3	71,3
Produção de carvão vegetal - florestas nativas	102	17	-83,3	19,5
Conservação de florestas nativas	1	3	200,0	3,4
Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	1	2	100,0	2,3
Coleta de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	0	2	-	2,3
Coleta de látex em florestas nativas	1	1	0,0	1,1

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Seguindo a mesma tendência, houve uma acentuada retração no número de empreendimentos voltados à exploração de florestas plantadas no Pará, entre 2006 e 2024, com queda de 90,7% no total geral, passando de 354 para apenas 33 estabelecimentos. A atividade mais impactada foi a *Produção de carvão vegetal*, que caiu drasticamente 95,2%, de 294 para 14 empreendimentos, embora ainda tenha representado 42,4% do total em 2024. A *Extração de madeira em florestas plantadas* também sofreu forte redução, com queda de 69%, passando de 58 para 18 estabelecimentos, mas se consolidou como a principal atividade do segmento, com participação de 54,5% no total. Já a *Produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente* teve redução de 50%, mantendo apenas 1 empreendimento ativo, com participação marginal de 3%. Esses dados refletem um encolhimento generalizado do setor florestal com base em plantios no estado, sinalizando possíveis dificuldades estruturais, redução de demanda ou mudança de estratégias produtivas ao longo dos anos (Tabela 14).

Tabela 14 - Variação e participação do número de empreendimentos das principais atividades de exploração florestal em floresta plantada (2006-2024)

Atividade	Estabelecimentos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	354	33	-90,7	100
Extração de madeira em florestas plantadas	58	18	-69,0	54,5
Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	294	14	-95,2	42,4
Produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	2	1	-50,0	3,0

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Na distribuição dos empreendimentos de exploração florestal em floresta nativa nos principais municípios do Pará, entre 2006 e 2024, foi revelada uma queda geral de 29,8% no estado. Apesar dessa retração, alguns municípios apresentaram crescimento expressivo, como Moju, que saltou de 1 para 9 empreendimentos (aumento de 800%) e alcançou 10,3% de participação em 2024; Santarém, com alta de 150%; e Almeirim, com crescimento de 300%. Portel, Belterra, Juruti e Prainha passaram a integrar o setor a partir de 2024, refletindo uma possível interiorização das atividades. Por outro lado, municípios historicamente relevantes, como Dom Eliseu e Tailândia, apresentaram quedas significativas de -86,7% e -68,8%, respectivamente, reduzindo sua representatividade. Paragominas, embora tenha registrado queda de 25%, manteve-se como o principal polo, com 13,8% de participação. O agrupamento “Outros” municípios ainda representa a maior fatia, com 39,1%, embora também tenha recuado 53,4%. Esses dados indicam uma reconfiguração territorial da atividade florestal nativa no estado, com avanço em novas localidades e declínio em tradicionais polos produtores (Tabela 15).

Tabela 15 - Variação e participação do número de empreendimentos dos 10 principais municípios com exploração florestal em floresta nativa (2006-2024)

UF/Municípios	Estabelecimentos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	124	87	-29,8	100
Paragominas	16	12	-25,0	13,8
Moju	1	9	800,0	10,3
Portel	0	7	-	8,0
Santarém	2	5	150,0	5,7
Tailândia	16	5	-68,8	5,7
Almeirim	1	4	300,0	4,6
Belterra	0	3	-	3,4
Juruti	0	3	-	3,4
Prainha	0	3	-	3,4
Dom Eliseu	15	2	-86,7	2,3
Outros	73	34	-53,4	39,1

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Na exploração de florestas plantadas, por sua vez, houve uma drástica redução de 90,7% no número total de empreendimentos voltados a este segmento no Pará, entre 2006 e 2024, caindo de 354 para apenas 33 estabelecimentos. A maioria dos municípios listados acompanhou essa tendência de queda, com destaque negativo para Ulianópolis, que reduziu 94,3% (de 53 para 3), e Paragominas, com recuo de 86,7%. Apesar disso, Rondon do Pará manteve a maior participação individual em 2024, com 15,2% do total, mesmo com queda de 64,3%. Por outro lado,

alguns municípios tiveram desempenho positivo ou estável, como Almeirim (+50%) e Nova Ipixuna (0%), além da entrada de Benevides, Capitão Poço e Cumaru do Norte no cenário florestal, todos com participação de 3% ou mais. O grupo “Outros”, que concentrava 228 empreendimentos em 2006, sofreu queda acentuada de 96,1%, restando apenas 9 em 2024, embora ainda represente 27,3% do total. Os dados revelam não apenas a retração severa do setor no estado, mas também uma leve redistribuição geográfica das atividades remanescentes, com surgimento de novos polos e manutenção de poucos núcleos tradicionais (Tabela 16).

Tabela 16 - Variação e participação do número de empreendimentos dos 10 principais municípios com exploração florestal em floresta plantada (2006-2024)

UF/Municípios	Estabelecimentos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	354	33	-90,7	100
Rondon do Pará	14	5	-64,3	15,2
Paragominas	30	4	-86,7	12,1
Almeirim	2	3	50,0	9,1
Ulianópolis	53	3	-94,3	9,1
Benevides	0	2	-	6,1
Breu Branco	24	2	-91,7	6,1
Nova Ipixuna	2	2	0,0	6,1
Belém	1	1	0,0	3,0
Capitão Poço	0	1	-	3,0
Cumaru do Norte	0	1	-	3,0
Outros	228	9	-96,1	27,3

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

2.3.1 Sistemas Agroflorestais

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são fundamentais para a sustentabilidade ambiental, pois contribuem para recuperar áreas degradadas, preservar a biodiversidade e reduzir os impactos das mudanças climáticas. A partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, é possível observar padrões de crescimento e uso desses sistemas na Região Norte, destacando-se o estado do Pará, que sobressai pelo grande potencial de implementação, em razão de sua ampla área e elevada diversidade ecológica.

Dessa forma, verificou-se que a área destinada a SAFs na Região Norte, entre 2006 e 2017, registrou um crescimento de 16,4%, com acréscimo de 210.421 hectares, totalizando 1.493.708 hectares em 2017. Tocantins lidera em participação com 40,3% da área total e

incremento absoluto de 169.386 hectares (+39,2%), seguido pelo Pará, que, apesar de ser o segundo maior em participação (35,6%), apresentou queda de 60.173 hectares (-10,2%) no período, sendo o único estado com grande área a registrar retração. Rondônia teve o maior crescimento percentual (+144,1%), saltando de 49.651 para 121.192 hectares, o que o posiciona como o terceiro estado com maior área em 2017 (8,1% de participação). Amazonas, Roraima e Amapá também apresentaram crescimento, com variações de 50,2%, 60,4% e 25%, respectivamente. Em contrapartida, o Acre teve a maior queda percentual (-44,7%), perdendo 35.580 hectares e representando apenas 2,9% da área total em 2017. Os dados revelam avanços na adoção de SAFs na maioria dos estados, mas destacam o recuo significativo no Pará e no Acre, o que contrasta com a tendência regional de expansão (Tabela 17).

Tabela 17 - Evolução da área destinada a Sistemas Agroflorestais – Região Norte e Estados (2006 e 2017)

Estado	Área em hectares			Var. (%) 2006/2017	Part. (%) 2017
	2006	2017	Comportamento 2006/2017		
Norte	1.283.287	1.493.708	210.421	16,4	100
Tocantins	432.006	601.392	169.386	39,2	40,3
Pará	592.597	532.424	-60.173	-10,2	35,6
Rondônia	49.651	121.192	71.541	144,1	8,1
Amazonas	62.795	94.323	31.528	50,2	6,3
Roraima	48.178	77.293	29.115	60,4	5,2
Acre	79.625	44.045	-35.580	-44,7	2,9
Amapá	18.435	23.038	4.603	25,0	1,5

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Na configuração do número de estabelecimentos com SAFs na Região Norte, entre 2006 e 2017, houve um crescimento geral de 9,8%, com aumento de 3.535 unidades, totalizando 39.572 estabelecimentos em 2017. O Pará lidera com ampla margem, concentrando 60,5% do total regional e registrando o maior crescimento absoluto, com 3.684 novos estabelecimentos (+18,2%). Tocantins e Amazonas também se destacam com variações positivas de 23,9% e 44,1%, respectivamente, representando juntos 29% da participação em 2017. O Amapá, apesar de ter a menor participação (1,3%), apresentou o maior crescimento percentual (+151,0%), passando de 204 para 512 estabelecimentos. Em contraste, Acre e Rondônia registraram quedas significativas: -65,7% no Acre, com a perda de 2.777 estabelecimentos, e -21,7% em Rondônia. Esses resultados indicam uma concentração das práticas agroflorestais no Pará e crescimento em

estados com menor expressão anterior, ao passo que outros, como Acre e Rondônia, sofreram retrações consideráveis, indo na contramão da tendência regional de expansão (Tabela 18).

Tabela 18 - Evolução do número de estabelecimentos que possuem Sistemas Agroflorestais – Região Norte e Estados (2006 e 2017)

Estado	Nº de estabelecimentos			Var. (%) 2006/2017	Part. (%) 2017
	2006	2017	Comportamento 2006/2017		
Norte	36.037	39.572	3.535	9,8	100
Pará	20.252	23.936	3.684	18,2	60,5
Tocantins	6.120	7.581	1.461	23,9	19,2
Amazonas	2.679	3.861	1.182	44,1	9,8
Rondônia	1.957	1.532	-425	-21,7	3,9
Acre	4.226	1.449	-2.777	-65,7	3,7
Roraima	599	701	102	17,0	1,8
Amapá	204	512	308	151,0	1,3

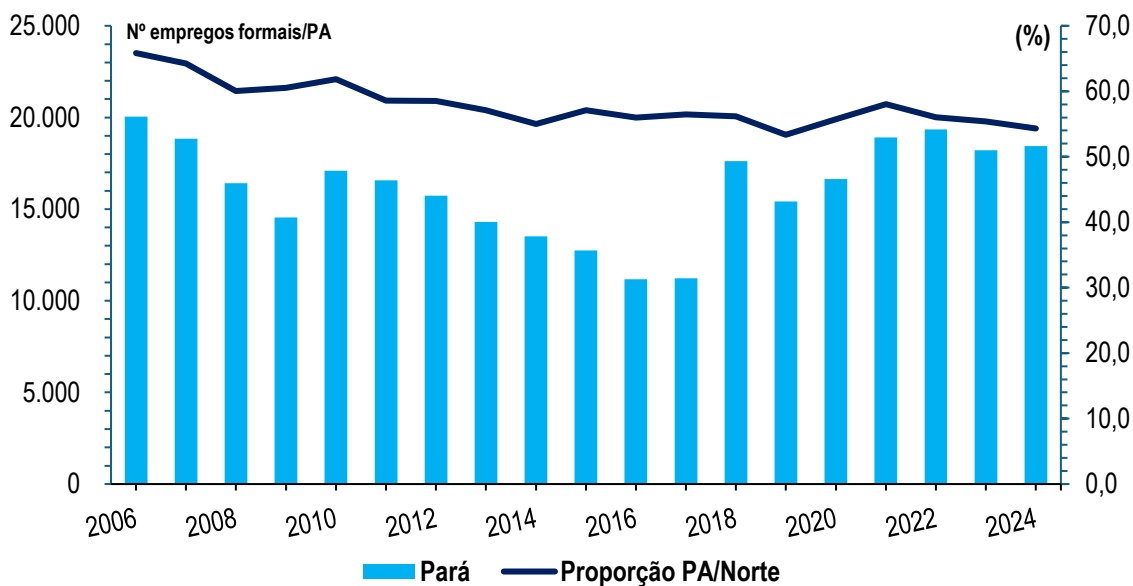
Fonte: Censo Agropecuário.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

2.4 Mercado de Trabalho

Ao analisarmos a evolução do estoque total de empregos formais em empreendimentos de produção florestal no estado do Pará e sua proporção em relação ao total da Região Norte, no período de 2006 a 2024, observa-se uma tendência geral de queda no número de empregos ao longo do tempo, com o ponto mais baixo em 2016 e 2017, quando o estoque ficou em torno de 11 mil. Após esse período, houve uma recuperação parcial, com destaque para os anos de 2018, 2021 e 2022, quando o número de empregos foi maior que 18 mil, embora sem retornar ao patamar de 2006 (acima de 20 mil). Com relação à proporção do Pará no total da Região Norte, nota-se uma queda contínua, passando de aproximadamente 65% em 2006 para cerca de 53% em 2024, o que indica uma perda relativa de protagonismo do estado no setor florestal da região ao longo dos anos (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Evolução do estoque de empregos em empreendimentos com produção florestal paraense e sua proporção (%) em relação ao total de empreendimentos da Região Norte (2006-2024)

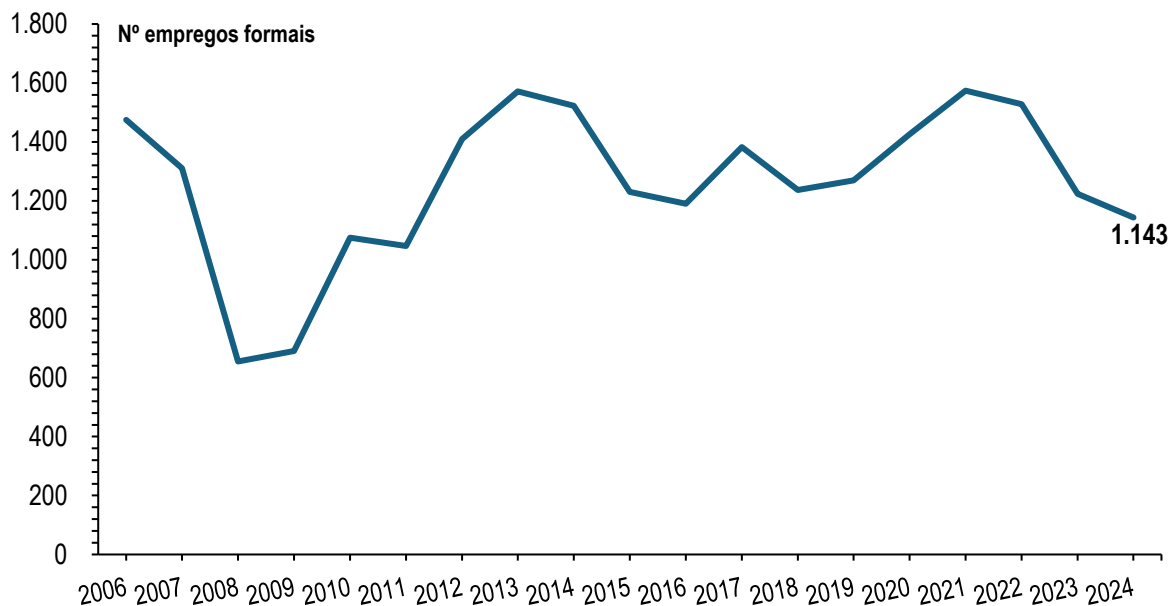


Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Quanto ao estoque total de empregos formais em empreendimentos de produção florestal com exploração de floresta nativa no Pará, entre 2006 e 2024, identificou-se uma forte oscilação ao longo do período, com uma queda acentuada entre 2007 e 2009, atingindo o ponto mais baixo em 2009, com cerca de 650 empregos. Em seguida, houve uma recuperação significativa até 2013, quando o número de empregos atingiu seu pico, superando 1.600. Após esse auge, o indicador apresentou oscilações moderadas, com novo crescimento entre 2019 e 2021, atingindo patamar semelhante ao pico anterior. No entanto, a partir de 2022, iniciou-se uma tendência de queda, chegando a 1.143 empregos em 2024, indicando possível retração recente no setor de exploração florestal nativa paraense (Gráfico 14).

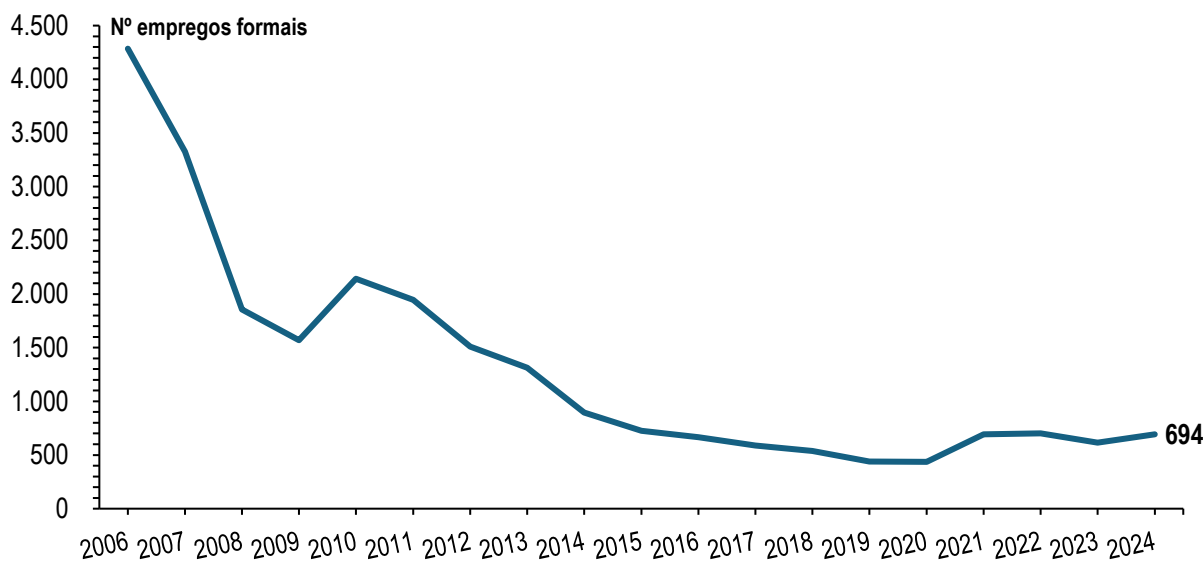
Gráfico 14 - Evolução do estoque de empregos em empreendimentos com produção florestal em floresta nativa – Pará (2006-2024)



Fonte: RAIS, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Por sua vez, o estoque total de empregos formais em empreendimentos com exploração de floresta plantada no Pará, entre 2006 e 2024, apresentou uma trajetória fortemente decrescente ao longo do período, iniciando com um pico expressivo em 2006, com mais de 4.200 empregos. A partir de então, houve uma queda contínua e acentuada, especialmente até 2015, quando o número de empregos se aproximou de 700. A mínima ocorreu entre 2019 e 2020, quando o estoque foi inferior a 400 empregos. A partir de 2021, observou-se uma leve recuperação, com oscilações modestas, encerrando o período em 2024 com 694 empregos, número muito inferior ao registrado no início da série. Esse comportamento evidencia uma forte retração do segmento de floresta plantada no estado ao longo das últimas duas décadas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Evolução do estoque de empregos em empreendimentos com produção florestal paraense em floresta plantada (2006-2024)



Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Entre 2006 e 2024, o número total de empregos formais em atividades de exploração florestal em florestas nativas no Pará caiu 22,5%, passando de 1.475 para 1.143 empregos. A atividade *Extração de madeira em florestas nativas* destacou-se com um crescimento expressivo de 136,6%, tornando-se a principal fonte de emprego no setor, com 66,7% de participação em 2024. Em contrapartida, *Produção de carvão vegetal* sofreu uma queda significativa de 71,7%, embora ainda represente 28,2% dos empregos. Atividades de menor escala, como *Coleta de castanha-do-pará* e *Coleta de látex*, apresentaram crescimentos relevantes em termos proporcionais (1.100,0% e 50,0%, respectivamente), mas mantêm participação modesta (1,0% e 1,6%). Destaca-se ainda a *Conservação de florestas nativas*, que teve o maior crescimento percentual (2.400,0%) e chegou a representar 2,2% dos empregos em 2024, sinalizando uma tendência crescente de valorização de práticas sustentáveis no setor (Tabela 19).

Tabela 19 - Variação e participação do número de empregos em empreendimentos nas principais atividades de exploração florestal em floresta nativa (2006-2024)

UF/Atividades	Empregos formais		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	1.475	1.143	-22,5	100
Extração de madeira em florestas nativas	322	762	136,6	66,7
Produção de carvão vegetal - florestas nativas	1.139	322	-71,7	28,2
Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	1	12	1.100,0	1,0
Coleta de látex em florestas nativas	12	18	50,0	1,6
Conservação de florestas nativas	1	25	2.400,0	2,2
Coleta de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	0	4	-	0,3

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

No mesmo período, o número de empregos formais em atividades de exploração florestal em florestas plantadas no Pará apresentou uma redução acentuada de 83,8%, passando de 4.285 para apenas 694 postos de trabalho. As duas principais atividades, extração de madeira e produção de carvão vegetal, registraram quedas significativas de 79,1% e 87,5%, respectivamente, embora ainda representem praticamente a totalidade do setor, com 55,5% e 43,5% de participação em 2024, nessa ordem. A produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente também caiu 66,7%, mantendo uma presença marginal, com 1,0% de participação. Esses dados indicam um forte declínio da importância econômica das florestas plantadas no mercado de trabalho formal florestal no estado, contrastando com o crescimento relativo observado em algumas atividades sustentáveis nas florestas nativas (Tabela 20).

Tabela 20 - Variação e participação do número de empregos em empreendimentos das principais atividades de exploração florestal em floresta plantada (2006-2024)

UF/Atividades	Empregos formais		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	4.285	694	-83,8	100
Extração de madeira em florestas plantadas	1.844	385	-79,1	55,5
Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	2.420	302	-87,5	43,5
Produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	21	7	-66,7	1,0

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Sobre o número total de empregos formais em empreendimentos de exploração florestal em florestas nativas no Pará, entre 2006 e 2024, este caiu 22,5%, passando de 1.475 para 1.143, com destaque para mudanças significativas na distribuição municipal. Paragominas manteve a liderança em geração de empregos, com crescimento de 14,1% e participação de 28,3% em 2024. Moju teve o maior crescimento percentual (1.900,0%), ocupando o segundo lugar em participação (8,7%), seguido por municípios que passaram a registrar atividade somente em 2024, como Terra Santa (8,1%), Prainha (7,4%) e Portel (6,3%), indicando uma interiorização e diversificação territorial das atividades florestais. Ipixuna do Pará também se destacou, com aumento de 286,7% e participação de 5,1%. Em contraste, o grupo “Outros” municípios, que reunia a maior parte dos empregos em 2006 (944), sofreu uma queda de 74,6%, reduzindo sua participação para 21,0% em 2024. Esses dados revelam uma reorganização espacial da exploração florestal no estado, com maior concentração em novos polos emergentes (Tabela 21).

Tabela 21 - Variação e participação do número de empregos em empreendimentos dos 10 principais municípios com exploração florestal em floresta nativa (2006-2024)

UF/Municípios	Empregos formais		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	1.475	1.143	-22,5	100
Paragominas	283	323	14,1	28,3
Moju	5	100	1900,0	8,7
Terra Santa	0	93	-	8,1
Prainha	0	85	-	7,4
Portel	0	72	-	6,3
Ipixuna do Pará	15	58	286,7	5,1
Uruará	0	56	-	4,9
Juruti	0	40	-	3,5
Itaituba	0	34	-	3,0
Ananindeua	0	33	-	2,9
Outros	944	240	-74,6	21,0

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Acerca dos empregos formais em empreendimentos de exploração florestal em florestas plantadas no Pará, no mesmo período, estes caíram drasticamente 83,8%, passando de 4.285 para 694 postos. Apesar da retração, os municípios de Dom Eliseu e Ulianópolis lideraram em 2024, com participações semelhantes de 20,9% e 20,6%, mesmo após quedas significativas de -72,5% e -62,4%, respectivamente. Breu Branco praticamente manteve seu nível de empregos (-0,8%) e tornou-se o terceiro maior polo (17,6%). Nova Ipixuna foi o destaque positivo, com

crescimento de 245,5%, atingindo 11,0% de participação. Em contraste, Paragominas, Rondon do Pará e Almeirim, importantes polos em 2006, sofreram quedas severas, acima de 90%, o que reduziu fortemente sua relevância. Municípios como Benevides e Cumaru do Norte, que não registravam empregos no setor em 2006, passaram a figurar entre os dez maiores em 2024, indicando certa realocação territorial da atividade. Por fim, o grupo “Outros” caiu 98,1%, reduzindo sua expressiva participação anterior para apenas 3,6%, reforçando a concentração atual em poucos municípios (Tabela 22).

Tabela 22 - Variação e participação do número de empregos em empreendimentos dos 10 principais municípios com exploração florestal em floresta plantada (2006-2024)

UF/Municípios	Empregos formais		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Pará	4.285	694	-83,8	100
Dom Eliseu	527	145	-72,5	20,9
Ulianópolis	380	143	-62,4	20,6
Breu Branco	123	122	-0,8	17,6
Nova Ipixuna	22	76	245,5	11,0
Paragominas	542	53	-90,2	7,6
Benevides	0	40	-	5,8
Cumaru do Norte	0	34	-	4,9
Rondon do Pará	352	28	-92,0	4,0
Almeirim	974	21	-97,8	3,0
Belém	23	7	-69,6	1,0
Outros	1.342	25	-98,1	3,6

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

2.5 Investimentos na Produção Florestal

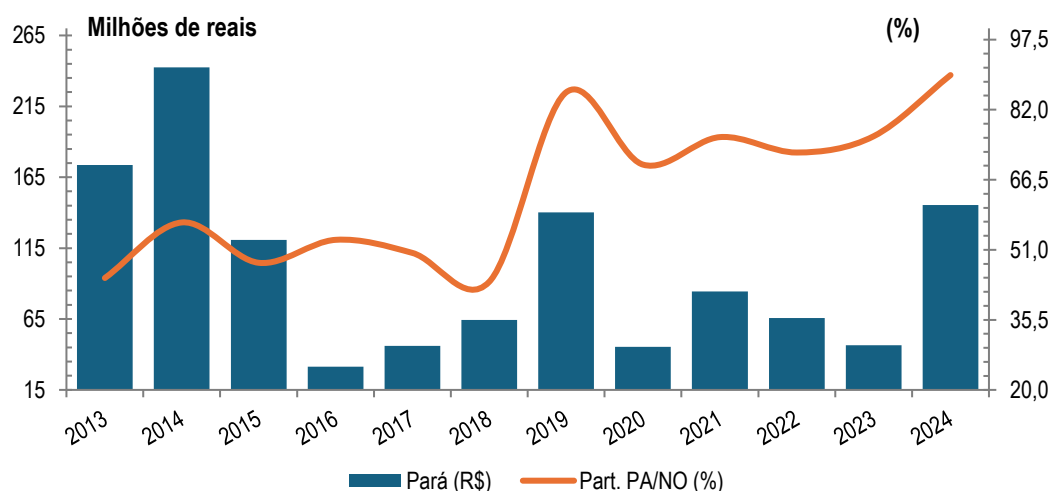
O financiamento da atividade florestal envolve diferentes frentes, desde o crédito rural para o custeio e investimento na extração de produtos madeireiros e não madeireiros, até os recursos aplicados na implantação, manejo e industrialização de florestas plantadas. O volume e a distribuição desses investimentos influenciam diretamente a estrutura produtiva do setor, a geração de renda, a competitividade dos produtos e o uso sustentável do território.

Neste capítulo é analisada a evolução do crédito rural para investimento na produção florestal do Pará, com base em dados oficiais do Banco Central, destacando-se a participação do estado no total investido na Região Norte. Também serão examinadas as principais cadeias produtivas beneficiadas e os ciclos de crescimento ou retração dos recursos ao longo do tempo.

Entre 2013 e 2024, o crédito rural destinado a investimentos na produção florestal no Pará apresentou uma leve queda em termos absolutos, passando de R\$ 173,6 milhões para R\$ 145,3 milhões, o que representa uma redução de 0,2% no período. Apesar da retração, a participação do estado no total de recursos destinados à Região Norte cresceu significativamente, passando de 44,8% para 89,7%. Esse aumento de representatividade indica que, embora o Pará também tenha enfrentado retração no financiamento, a queda foi menos intensa em relação aos demais estados da região, que sofreram redução mais acentuada nos investimentos (Gráfico 16).

O comportamento do crédito rural no Pará ao longo dos anos foi marcado por oscilações, refletindo prováveis variações nas políticas de fomento, demanda por crédito, atratividade econômica da atividade e aspectos institucionais. No entanto, é importante destacar que houve um crescimento expressivo nos investimentos no último ano da série, o que pode sinalizar uma retomada do interesse e da confiança na produção florestal como setor estratégico.

Gráfico 16 - Evolução do crédito rural para investimento na produção florestal no Pará e sua participação no total da Região Norte (2013-2024)



Fonte: BACEN, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2024 = 100.

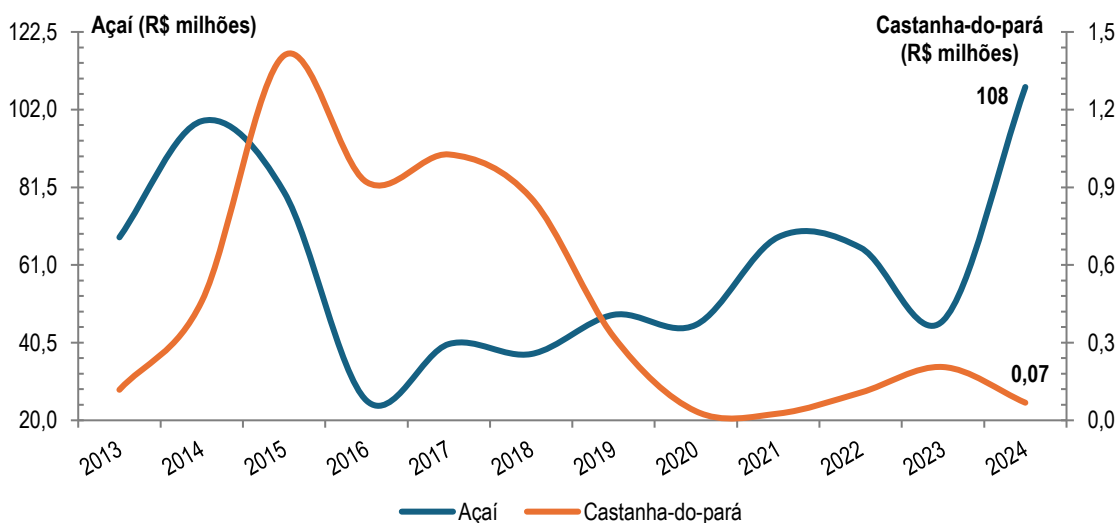
Entre os poucos produtos da atividade florestal que receberam investimentos contínuos por meio do crédito rural no Pará, o açaí e a castanha-do-pará se destacaram. No entanto, o comportamento dos recursos destinados a essas culturas revelou trajetórias opostas ao longo do tempo. O açaí registrou um crescimento expressivo nos investimentos, passando de R\$ 68,3 milhões em 2013 para R\$ 107,9 milhões em 2024, o que representa um aumento de 58,1% no

período. Em contrapartida, o investimento na castanha-do-pará caiu 42,3%, passando de R\$ 117,9 mil para R\$ 68 mil no mesmo intervalo (Gráfico 17).

Apesar das oscilações ao longo da série histórica, o crédito rural para o açaí apresenta uma tendência clara de crescimento, refletindo o fortalecimento da cadeia produtiva, o aumento da demanda nacional e internacional e o reconhecimento do fruto como um ativo estratégico da bioeconomia amazônica. Por outro lado, a queda no financiamento da castanha-do-pará indica um possível desinteresse do setor financeiro ou desafios estruturais da cadeia produtiva, como dificuldades de logística, comercialização ou regularização fundiária.

Esse contraste evidencia a necessidade de políticas específicas para reequilibrar os investimentos florestais, valorizando produtos nativos com alto potencial socioeconômico e ambiental, como a castanha-do-pará, que desempenha papel relevante para comunidades tradicionais e conservação da floresta.

Gráfico 17 - Evolução do crédito rural para investimento no açaí e na castanha-do-pará – Pará (2013-2024)



Fonte: BACEN, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2024 = 100.

Entre 2013 e 2024, o investimento acumulado na produção florestal do Pará via crédito rural totalizou aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, refletindo a importância estratégica da atividade para a economia estadual e para o uso sustentável dos recursos naturais. A maior parte desse montante foi destinada à cadeia produtiva do açaí, que concentrou 60,6% do total dos recursos financiados, evidenciando sua centralidade na dinâmica da bioeconomia amazônica e seu potencial de retorno econômico (Tabela 23).

A segunda atividade com maior captação de crédito foi o florestamento e reflorestamento, com 20,8% de participação, o que reforça o avanço da silvicultura como alternativa de produção florestal planejada no estado. Em terceiro lugar, destaca-se o eucalipto, que respondeu por 7,4% do volume de recursos, associado à produção de madeira para fins industriais, como papel, celulose e energia (Tabela 23).

Esse panorama revela uma forte concentração dos investimentos em poucas cadeias produtivas, o que levanta o debate sobre a necessidade de diversificar os financiamentos para fortalecer outros produtos florestais nativos, como a castanha-do-pará, o buriti e a andiroba, integrando o crédito rural com políticas públicas de inclusão produtiva, regularização ambiental e inovação tecnológica voltadas à floresta em pé.

Tabela 23 - Participação das atividades no crédito rural para investimento na produção florestal – Pará (2013-2024)

Atividades florestais	Investimento acumulado (R\$)	
	2013-2024	Part. (%)
Total geral	1.206.176.517	100,0
Açaí	731.493.088	60,6
Florestamento e reflorestamento	250.890.648	20,8
Eucalipto	89.184.428	7,4
Madeira	79.021.624	6,6
Pinus	37.332.266	3,1
Paricá	10.671.147	0,9
Castanha-do-pará	5.556.971	0,5
Andiroba	798.223	0,1
Seringueira	837.082	0,1
Urucum	303.572	0,0
Pupunha	66.398	0,0
Vime	21.070	0,0

Fonte: BACEN, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Nota: valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de dez/2024 = 100.

A análise dos investimentos na produção florestal do Pará entre 2013 e 2024, com base nos dados do crédito rural, revela avanços importantes, mas também limitações estruturais no alinhamento da atividade com os princípios da sustentabilidade ambiental.

Por um lado, a destinação significativa de recursos para o açaí — principal produto da bioeconomia amazônica — e o aumento da participação da atividade de florestamento e

reflorestamento no total investido, indicam um caminho promissor rumo a modelos produtivos mais sustentáveis, que valorizam a floresta em pé e o uso racional do solo. A expressiva participação do Pará no crédito rural da Região Norte, especialmente nos últimos anos da série, também sugere uma reorientação do investimento para atividades com maior aderência à agenda ambiental.

No entanto, o alto grau de concentração dos recursos em poucas cadeias produtivas, a queda contínua no financiamento de produtos nativos importantes, como a castanha-do-pará, e a instabilidade nos aportes ao longo do tempo revelam que a sustentabilidade ainda não está plenamente consolidada na lógica de financiamento da produção florestal. O desafio permanece em tornar o crédito rural mais acessível, estável e orientado para práticas ambientalmente responsáveis, socialmente inclusivas e economicamente viáveis.

Portanto, embora os investimentos apontem sinais de aproximação com a sustentabilidade, a produção florestal do Pará ainda não está fortemente ligada a condições ambientalmente sustentáveis — mas possui potencial concreto para avançar nessa direção, desde que haja políticas públicas integradas, fortalecimento das cadeias nativas e estímulo à diversificação produtiva florestal com base no uso sustentável dos recursos amazônicos.

3. Síntese

Os dados mostram que a produção florestal paraense passou por forte reconfiguração nas últimas duas décadas. O volume total caiu mais de 50%, sobretudo na extração de madeira, enquanto a quantidade de produtos não madeireiros cresceu. Essa retração reflete pressões regulatórias e de mercado contra práticas predatórias. Porém, ainda hoje madeira em tora e lenha respondem por mais de 90% do peso da produção extrativa. Portanto, a base ainda permanece majoritariamente dependente de recursos florestais nativos.

A queda da madeira não significa abandono do modelo extrativista. A produção continua concentrada em poucos municípios, onde o controle ambiental é historicamente frágil. O número de empreendimentos em floresta nativa diminuiu 30%, mas o número de empregos relacionados à extração de madeira cresceu 136%. Isso sugere intensificação do esforço sobre áreas menores, possivelmente com impactos locais elevados. Logo, o segmento madeireiro ainda carece de comprovação de manejo sustentável generalizado.

A silvicultura aparece como alternativa, mas seus resultados são ambíguos. A área plantada aumentou 417%, contudo a produtividade despencou 71%, indicando uso extensivo pouco eficiente. Mais de 80% do volume vem de monoculturas de eucalipto, elevando riscos de

perda de biodiversidade e pressão hídrica. Mesmo assim, florestas plantadas já respondem por parte relevante do crédito rural e podem aliviar a pressão na Amazônia. Sem diversificação de espécies e melhor manejo, porém, não se pode chamar esse avanço de plenamente sustentável.

Os sinais positivos concentram-se nos produtos da sociobiodiversidade e nos SAFs. Investimentos no açaí cresceram 58% e os SAFs somam mais de 23 mil estabelecimentos no estado. Ainda assim, eles representam fração pequena do valor total e foram acompanhados de queda de área em SAFs. O mercado de trabalho mostra retração de 84% nos empregos de floresta plantada e concentração no extrativismo nativo. Isso evidencia que políticas de fomento sustentáveis avançam, mas não dominam a estrutura econômica do setor.

Em síntese, a produção florestal do Pará evoluiu, porém ainda está fortemente ancorada em condições ambientalmente sustentáveis. Ainda predominam cadeias baseadas em madeira nativa e eucalipto de baixa eficiência, ambas com desafios de manejo e conservação. Os avanços em produtos não madeireiros, reflorestamento e SAFs apontam caminho realista para reversão desse quadro. Contudo, eles carecem de escala, governança e incentivos que assegurem a transição para um modelo de floresta em pé rentável.

Referências

BACEN - Banco Central do Brasil. **Matriz de Crédito Rural**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Forest product conversion factors for the Global Forest Resources Assessment 2020. Rome: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca7952en>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. In: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Brasília: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. In: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. In: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Brasília: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2023>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MT - Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2024. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> . Acesso em: 17 jun. 2025.